

Inclusão e Educação 4

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-032-2

DOI 10.22533/at.ed.322191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu volume IV, apresenta em 24 capítulos, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual, mental da Educação Inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, nos estudos e pesquisas sobre as dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais de conduta na sala de aula, no atendimento educacional especializado e na subjetividade do professor e do estudante na relação com as dificuldades de aprendizagem escolar. Esses são alguns dos desafios à inclusão que visam o aumento benéfico, produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume IV é dedicado ao público de pessoas que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Instituições de Ensino ao atendimento educacional especializado.

Este volume, apresenta artigos que abordam as experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica às séries mais avançadas como a metodologia do ensino da matemática III como espaço de discutir educação matemática inclusiva, também, artigos que traçam a Educação e ensino na sociedade da informação e da comunicação, as contradições no discurso de inclusão e exclusão vigentes na sociedade brasileira e alguns artigos que apresentam didáticas para a confecção de brinquedos pedagógicos.

Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucesso mesmo com os desafios encontrados, a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições do discurso, didática e ensino à quem ensina, aos alunos especiais na transação da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA III COMO ESPAÇO DE DISCUTIR EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>José Jefferson da Silva</i> <i>Tânia Maria Goretti Donato Bazante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915011	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Ana Carolina Brandão Verissimo</i> <i>Andréia Mendes dos Santos</i> <i>Fábio Soares da Costa</i> <i>Renata Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915012	
CAPÍTULO 3	23
A INCLUSÃO NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamim</i> <i>José Rogério Silva da Costa</i> <i>José Jefferson Gomes Eufrásio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915013	
CAPÍTULO 4	34
CAMINHOS PARA INCLUSÃO: SABERES, EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915014	
CAPÍTULO 5	45
A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR E DO ESTUDANTE NA RELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR: DESAFIOS À INCLUSÃO	
<i>Telma Silva Santana Lopes</i> <i>Maristela Rossato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915015	
CAPÍTULO 6	57
AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Giuza Ferreira da Costa Victório</i> <i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i> <i>Francimar Batista Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915016	
CAPÍTULO 7	65
CONFEÇÃO DE BRINQUEDO PEDAGÓGICO COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE CABEDELO	
<i>Juçara dos Santos Ferreira Dias</i> <i>Adriana Travassos Duarte Jácome</i> <i>Rachel de Oliveira Queiroz Silva</i>	

Mellyne Palmeira Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.3221915017

CAPÍTULO 8 77

EDUCAÇÃO E ENSINO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Izabel Cristina Barbosa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3221915018

CAPÍTULO 9 86

NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO POSSÍVEL PARA A PRÁTICA DOCENTE

Leandra da Silva Santos

Edivânia Paula Gomes de Freitas

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.3221915019

CAPÍTULO 10 95

LER, JOGAR E ESCREVER: SINALIZANDO ESTRATÉGIAS PARA ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro

Celeste Azulay Kelman

Maria Vitória Campos Mamede Maia

DOI 10.22533/at.ed.32219150110

CAPÍTULO 11 106

O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA?

Paulo Roberto Brancatti

Renata Portela Rinaldi

DOI 10.22533/at.ed.32219150111

CAPÍTULO 12 117

O TRABALHO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): CAMINHANDO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Daniela Santos Alves de Lima

Viviane França Lins

Rafaella Asfora Lima

DOI 10.22533/at.ed.32219150112

CAPÍTULO 13 125

OS ENTRAVES DA INCLUSÃO: LEITURA E PRODUÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

Lídia Maria da Silva Santos

Pâmela dos Santos Rocha

Shirley de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150113

CAPÍTULO 14 134

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO A INCLUSÃO DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS, NUMA MESMA SALA DE AULA NO ENSINO DA EJA

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas

Maria José Guerra

DOI 10.22533/at.ed.32219150114

CAPÍTULO 15	145
REFLETINDO ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA A PARTIR DAS FALAS DOS PRÓPRIOS ESTUDANTES	
<i>Tereza Cristina Bastos Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150115	
CAPÍTULO 16	156
A INCLUSÃO DE DIFERENTES GRUPOS MEDIADA PELO ESPORTE NO PROGRAMA LABORATÓRIO PEDAGÓGICO DE SAÚDE, ESPORTE E LAZER DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARÁIBA	
<i>Ana Vitória Guerra Nunes</i>	
<i>Anny Sionara Moura Lima Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150116	
CAPÍTULO 17	164
ZONA RURAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PROTAGONIZANDO A INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Edileuza Francisca da Silva Mesquita</i>	
<i>Acleylton Costa</i>	
<i>Arségila Sandra Ferreira das Neves</i>	
<i>René Armando Flores Castillo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150117	
CAPÍTULO 18	172
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E OS PROBLEMAS EMOCIONAIS E DE CONDUTA NA SALA DE AULA	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150118	
CAPÍTULO 19	184
O GATO QUE GOSTAVA DE CENOURA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NO COMBATE AO PRECONCEITO	
<i>Francisco Leandro de Assis Neto</i>	
<i>Gracielle Malheiro dos Santos</i>	
<i>Cleyton César Souto Silva</i>	
<i>Leonídia Aparecida Pereira da Silva</i>	
<i>Liliane Lima de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150119	
CAPÍTULO 20	193
SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Ana Paula Lima Carneiro</i>	
<i>Ananeri Vieira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150120	
CAPÍTULO 21	206
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: AS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO AO AEE DAS ESCOLAS RURAIS DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Francisca Adma de Oliveira Martins</i>	
<i>Deolinda Maria Soares de Carvalho</i>	
<i>Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto</i>	
<i>Nayra Suelen de Oliveira Martins</i>	

DOI 10.22533/at.ed.32219150121

CAPÍTULO 22 216

CULTURA LETRADA E TDICS: ANÁLISES NA GENERALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Edgard Leitão de Albuquerque Neto

DOI 10.22533/at.ed.32219150122

CAPÍTULO 23 224

PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DE DISCENTES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Thelma Helena Costa Chahini

Sadao Omote

DOI 10.22533/at.ed.32219150123

CAPÍTULO 24 236

A CARTA ABERTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL: RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO ESCRITA NA EJA

Lidiane Moreira Silva de Brito

Laurênia Souto Sales

Marluce Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150124

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 247

AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Giuzza Ferreira da Costa Victório

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS)

Campo Grande - MS

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS)

Campo Grande - MS

Francimar Batista Silva

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Campo Grande - MS

RESUMO: Este trabalho busca apresentar os discursos sobre a inclusão, no contexto de implementação das políticas educacionais brasileiras tomando como base documentos oficiais como a Constituição Federal, as Leis de Diretrizes de Bases da Educação e a política para a Educação Especial. Para tanto, apresenta um breve histórico sobre o surgimento do movimento mundial pela inclusão e sua evolução nos documentos norteadores da atual Política Nacional em Educação Especial. Posteriormente apresenta os discursos produzidos sobre a inclusão e o desafio em operacionalizar uma educação inclusiva e de qualidade para os alunos com necessidades educacionais especiais. O estudo aponta que até o momento, os discursos produzidos sobre a inclusão não eliminaram o caráter excludente

das práticas sociais baseadas na discriminação e no preconceito, o que reforça os processos de exclusão historicamente existentes em nossa sociedade. Neste sentido, faz-se necessário que a escola supere os desafios históricos, sociais e culturais presentes no seu cotidiano e na escolarização desses alunos, que por sua vez só podem ser compreendidos como inerente às práticas sociais, no contexto do trabalho desenvolvido para e com os alunos com necessidades educacionais especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Discursos. Contradições.

ABSTRACT: This paper seeks to present the discourses on inclusion in the context of the implementation of Brazilian educational policies based on official documents such as the Federal Constitution, the Education Guidelines Guidelines and the Special Education Policy. To do so, it presents a brief history about the emergence of the worldwide movement for inclusion and its evolution in the guiding documents of the current National Policy on Special Education. Later, it presents the speeches produced on the inclusion and the challenge in operating an inclusive and quality education for students with special educational needs. The study points out that to date, the discourses produced on inclusion have not eliminated the exclusionary character of social

practices based on discrimination and prejudice, which reinforces the processes of exclusion historically existing in our society. In this sense, it is necessary for the school to overcome the historical, social and cultural challenges present in its daily life and in the schooling of these students, which in turn can only be understood as inherent to social practices, in the context of the work developed for and with Students with special educational needs.

KEYWORDS: Inclusive education. Speeches. Contradictions.

1 | INTRODUÇÃO

O movimento mundial pela inclusão na sociedade pode ser compreendido a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, documento que reconhece o direito de todos à igualdade e à dignidade da vida em sociedade. (UNESCO, 1948). A diferença passa a ser difundida sob o discurso do respeito à diversidade, buscando identificar os processos de discriminação existentes numa sociedade historicamente excludente.

No Brasil, a inclusão das pessoas com necessidades especiais correu primeiramente nas instituições especializadas, datadas nos meados do século XIX e aos poucos foram criados espaços para atender as especificidades de cada deficiência. Baseados nas relações metodológicas voltadas para o emprego das terminologias específicas, o atendimento clínico e o uso de testes psicométricos tiveram como objetivo a produção de diagnósticos e o atendimento educacional especializado, o que para alguns teóricos significou o início do processo de democratização na educação especial. (BRASIL, 2008).

Somente a partir da década de 1980 é que a ideia de uma escola democrática passou a ser incorporado por organismos nacionais e internacionais, o que a princípio representou um marco social, pois possibilitou o aumento de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Impulsionado por esse movimento mundial, as escolas brasileiras passaram a defender a construção de um sistema único de qualidade para todos, representando a democratização da educação e favorecendo o crescimento da produção de discursos da inclusão instituídos nas políticas educacionais.

O objetivo deste estudo foi apresentar os discursos sobre a inclusão, no contexto de implementação das políticas educacionais brasileiras. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico de natureza histórico-política e por meio de fontes documentais referentes às políticas públicas de Educação Especial, observando como se evoluiu o discurso da educação inclusiva no contexto de exclusão da educação brasileira e integra os estudos acadêmicos no âmbito do curso de pós-graduação em Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). O estudo se baseia nas reflexões propostas por autores como

Foucault (1995), Ferreira (2006), Osório (2007), Silva (2008), Guimarães (2013), dentre outros e em artigos acadêmicos publicados nas principais revistas e eventos científicos e publicações do Ministério da Educação.

2 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS POLÍTICO-HISTÓRICOS

Ao buscar compreender a historicidade do movimento mundial da inclusão evidencia-se que o direito pela educação inclusiva não é um fenômeno recente. Ao longo da história da educação especial, as investidas no atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais se caracterizam como assistencialistas, de cunho médico e psicológico que dificultaram a implantação e sistematização de políticas voltadas para o desenvolvimento escolar e social dos sujeitos. (MAZZOTA, 2005).

Tal situação manteve-se por um longo período até novos métodos e práticas voltados para o desenvolvimento educativo foram introduzidos. Isso favoreceu também, a criação das políticas socioculturais inseridas no processo de desenvolvimento econômico, muito intenso na década de 1950, como destaca Catani (1984).

Mais tarde, inicia-se o processo de implantação de políticas públicas em educação especial, que exigiu organização dos espaços, empenho na formação de professores e difusão das práticas escolares inclusivas. A efetivação das políticas inclusivas se consolidou mais especificamente na década de 1990, as quais se voltaram para a construção de um novo parâmetro educacional, que fosse capaz de transformar os espaços escolares e superar os processos de exclusão historicamente constituídos em nossa sociedade.

Ao mesmo tempo, diversas ações de ordem política, cultural, pedagógica e social foram discutidas no âmbito internacional na Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 (Tailândia) que determinou a garantia do acesso e a permanência de todos na escola, tendo em vista que as pesquisas apontavam altos índices de crianças e adolescentes sem escolarização. (BRASIL, 1990).

Ferreira (2006, p. 91) afirma que a década de 1990 foi o berço das reformas estruturais e educacionais, embasadas nas orientações dos organismos internacionais que difundiam documentos sobre educação de qualidade e passou a integrar as agendas governamentais. Segundo o autor, isso impulsionou a criação e a implementação de ações voltadas para a universalização do ensino em todos os níveis e modalidades das redes públicas, bem como se criaram estratégias para a construção da gestão democrática na escola.

É nesta perspectiva que em 1994 a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, se propôs a aprofundar aspectos referentes à escola não acessível a todos e às práticas não inclusivas, que até então eram comuns na realidade brasileira. A Declaração de

Salamanca (UNESCO, 1994), documento que passou a ser referencial das políticas públicas de apoio à inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares resultou deste evento e outros como Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais também se tornaram determinante para que as escolas comuns desenvolvessem ações eficientes para combater a discriminação nos sistemas escolares. Desta forma proclama-se que:

Todas as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais; crianças deficientes e superdotados/altas habilidades, crianças de rua, minorias étnicas, linguísticas ou culturais, de zonas desfavorecidas ou marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares. (UNESCO, 1994).

Este contexto de articulação da política de educação especial e inclusiva no Brasil pode ser destacado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, das Resoluções CNE/CEB nº 2/2001 e nº 4/2009, da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva difundida pelo MEC em 2008, do Decreto nº 7.611/2011 e da Lei nº 12.796/2013.

Primeiramente a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo. O documento preconiza ainda, o princípio de inclusão por meio do direito à igualdade e à educação, visando o pleno desenvolvimento do indivíduo, sendo um dos princípios para o ensino seja “[...] a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, de modo que o Estado “[...] garantirá o acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988). A LDB nº 9.394/1996, por sua vez, no art. 58 define a educação especial como uma modalidade de educação escolar a ser oferecida na escola regular.

Na mesma direção, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB) produzidas em 2001 e 2009 (Resoluções CNE/CEB nº 2/2001 e nº 4/2009), determinaram que atendimento especial ocorresse mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, devendo contribuir com o aprendizado e fortalecer os laços com a escola. (BRASIL, 2001; BRASIL, 2009).

Mesmo definido o rumo da política de educação especial inclusiva no Brasil, as DNEEEB/2001 destacaram a implementação da política inclusiva entendida como um processo em construção. Entretanto, para Guimarães (2013) é preciso atentar-se ao discurso produzido nas Diretrizes, pois:

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino. (BRASIL, 2001, p. 19)

Assim, na contramão do que se propunham esses documentos, as políticas para a educação inclusiva demonstraram fragilidades diante dos desafios impostos pela sociedade, pois a organização escolar não apresentou transformações significativas e as mudanças instituídas pelos documentos oficiais, contribuíram para a manutenção da organização seletiva e classificatória dos seus alunos.

3 | DISCURSOS DE INCLUSÃO E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Ao buscar compreender as contradições presentes nos discursos oficiais sobre a inclusão, notamos que a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita o acesso como privilégio de um grupo, ou seja, “[...] uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (BRASIL, 2008, s/n).

De acordo com o documento, o processo de democratização da escola evidenciou a contradição entre a inclusão/exclusão escolar na medida em que os sistemas de ensino universalizam o acesso e não oportunizam oportunidades iguais a todos os indivíduos. Neste sentido, ao desconsiderar a heterogeneidade e a diversidade humana, a inclusão exclui sob distintas formas, uma vez que seleciona e naturaliza o fracasso escolar daqueles que não conseguem aproveitamento e permanência dos mesmos na escola.

A esse respeito, Osório (2007) nos alerta que ao estabelecer a falsa ideia da igualdade entre pessoas, o Estado precisa intervir no sentido de minimizar as desigualdades sociais, já que são difíceis erradicá-las. Sob a ótica do autor, na medida em que se busca atender as demandas sociais (e a inclusão das diferenças é uma delas), o Estado apenas neutraliza os conflitos latentes em nossa sociedade, mas não os soluciona.

Por outro lado, as formas de intervir no processo educativo permitem idealizar a inclusão como uma possibilidade de escolarização, ao mesmo tempo em que reforça as dinâmicas seletivas da sociedade, pois considera o processo de inclusão isento das práticas sociais e das relações institucionais que historicamente foram excludentes.

Desta forma, para Osório (2013), as produções dos discursos de inclusão levam alunos à condição de sujeitos da sua própria existência, uma vez que ao Estado ao preconizar que os reconhece e valoriza também os exclui, pois expõe suas diferenças, compreendida como anomalias e limitações naturais.

A Educação Especial, neste contexto, torna-se acolhedora dos grupos socialmente excluídos e os discursos de inclusão constituem paradoxos, pois “[...] não se autoexplicam e se alinham a outras redes de discursos voltados para mudanças, superadas das diferenças e dos conflitos, visando à outra ordem social” (OSÓRIO, 2013, p. 687). Nesta perspectiva, os princípios de inclusão fundamentados por leis se tornam:

[...] discursos que marcados por justiça permitem localizar as possibilidades de inclusão, por meio da escolarização, reforçando os interesses e domínios das diferentes dinâmicas seletivas, de construção e desconstrução, de possibilidades e limites, de desejos, angústias, desprazeres e frustrações. Isto extrapola a redução de que ela ocorre em espaço exclusivo, privilegiado para aprender ou ensinar, mas de reforçar, de diferentes formas, a seletividade social presente em institucionais. (OSÓRIO e LEÃO, 2013, p. 688).

Na mesma direção, Guimarães (2013), afirma que a inclusão sempre aparece como “privilegio” uma vez que precisa reivindicar a condição de excluídos, como é o caso não apenas dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também dos alunos indígenas, quilombolas, camponeses e outros que, quando atendidos em suas especificidades e dificuldades passam a ser de responsabilidade da educação especial.

A respeito do processo de exclusão existente nas escolas, Silva (2008) afirma que este não se concretiza apenas pela negação de acesso ao espaço escolar, mas inclui ainda as inúmeras configurações do currículo operacionalizado nas escolas, nas práticas dos profissionais, nos tempos e nos espaços em que ocorre a escolarização para os alunos e ainda nos processos escolares envolvidos nessa nova configuração social.

Já para Mendes (2008), o trabalho desenvolvido com os alunos que apresenta alguma necessidade educacional especial se torna fragilizado e fragmentado pelo não oferecimento de atividades significativas e isso se transforma numa prática curricular de abandono, servindo para reforçar as dificuldades apresentadas pelos mesmos. Neste sentido para a autora, a prática curricular é guiada por princípios que demarcam as diferenças ao considerar que o processo de aprendizagem ocorre igualmente para todos num mesmo tempo e da mesma maneira, o que é contrário aos preceitos da educação inclusiva.

Portanto, para que a inclusão se torne realidade, são necessários compromisso e atitude política a fim de transformar a sociedade e concretizar práticas sociais que garanta a equidade de direitos, o respeito e a valorização das diferenças. O grande desafio que se apresenta é materializar práticas educativas eficientes diante da inclusão e revertê-las em ações de valorização e reconhecimento da diversidade como fundamentais para a construção de uma escola efetivamente democrática.

Assim, os discursos de inclusão propagados como sendo a garantia efetiva de todos ao direito à educação, à igualdade de oportunidades, à participação e à autonomia social, ainda precisam ser compreendidos no contexto das práticas sociais que historicamente estiveram marcadas por processos excludentes como a segregação, o preconceito, a discriminação e as desigualdades, valores que atuam na contradição do movimento que atualmente denominamos de inclusão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formulações de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais foram progressivamente sendo incorporada às ações políticas e institucionais, trazendo avanços significativos no contexto educacional inclusivo. Entretanto, acreditamos que a perspectiva de inclusão atualmente se constitui uma contradição, pois as possibilidades defendidas nos documentos oficiais não se limitam nas práticas pedagógicas, mas efetivamente nas práticas sociais demarcadas por processos excludentes, preconceituosos e discriminatórios historicamente existiram em nossa sociedade. Tais contradições têm gerado uma série de desafios à escola, desde aqueles de ordem estrutural, como aqueles de ordem pedagógica e de gestão, tornando esse espaço um lugar de conflitos, de reforço as diferenças e desigualdades dos seus alunos.

Assim, para que os discursos de inclusão avancem em direções mais democráticas, tal como preconizado dos documentos oficiais, a escola necessita superar os desafios históricos, sociais e culturais presentes no seu cotidiano e na escolarização desses alunos e que por sua vez só podem ser compreendidos como inerente às práticas sociais, no contexto do trabalho desenvolvido para e com esses alunos.

A maioria dos documentos legislativos referentes às políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva apresenta como princípio o direito do aluno com necessidades educacionais especiais educação adequada para constituir uma educação satisfatória. Porém, muitas são as lacunas existentes nesse processo, como a permanência e a aprendizagem daqueles que constituem o público-alvo da educação especial, assim como a própria formação dos profissionais frente a esse público.

Nesse contexto, entende-se que a inclusão é um processo desafiador que além da criação das políticas inclusivas, exige responsabilidade com o processo de inclusão, onde todos os envolvidos no contexto escolar adotem e assumam uma postura inclusiva que dependerá, sobretudo, de novas posturas, que leve em consideração as particularidades dos alunos, e isso promovam não apenas a aprendizagem, mas também seu desenvolvimento, autonomia e especialmente sua participação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jotiem, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Brasília: UNICEF BRASIL, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.html>. Acesso em 12 fev 2017.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de**

1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 22 mar 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE nº de 17/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível no: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 08 nov 2015.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho entregue ao Ministro da Educação em 7 jan, 2008. Brasília: SEE/ MEC. 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 30 abr 2017.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais (NEE)**. In: Conferência Mundial sobre NEE - Acesso em Qualidade, UNESCO. Salamanca, Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: Inclusão E Educação - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (org.). São Paulo. Editora Summus, 2006.

GUIMARÃES, Mariuza Aparecida Camillo. A Normalização do Processo de Inclusão pelos Conselhos de Educação. **Poderes e Saberes: corpus em educação**. Antônio Carlos do Nascimento Osório (Org.). Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Geovana Lunardi. Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo. In: BUENO, José Geraldo; MENDES, Geovana; SANTOS, Roseli (Orgs). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP. Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008. p.109-162.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>- Acesso em 29 abr 2017.

OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento; LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. Diversidade e educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão, publicado na **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 685-698, set./dez. Santa Maria/RS, 2013.

_____. Antonio Carlos do Nascimento; GUIMARÃES, Mariuza Aparecida Camillo. Desafios históricos de superação: Normalização na prática pedagógica e constituição do conceito de inclusão nas escolas comuns da educação básica. In: Revista Inclusão, Ministério da Educação, Ano III, n. 4, p. 36-41, junho de 2007.

SILVA, Fabiany Cássia Tavares. Desenhando a cultura escolar: ensino aprendizagem e deficiência mental nas salas de recursos e nas salas comuns. In: BUENO, José Geraldo; MENDES, Geovana; SANTOS, Roseli (Orgs). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008. p. 67-108.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-032-2

